

Ruim sem ela, pior com ela?

Rogério L. Furquim Werneck*

Há três semanas houve quem achasse que a presidente saíra das cordas. Mas o alívio durou pouco. E a impressão que agora se tem é de que o governo voltou a se debater, dia a dia, para não ser tragado pelo vórtice formado pela interação da crise econômica com a crise política.

Parte do alívio momentâneo sentido pelo Planalto adveio da constatação de que a elite política do País ainda resiste à ideia do impeachment. Mas não é o apoio à presidente que vem impedindo a formação de uma coalizão decisiva a favor do impeachment e, sim, a falta de um consenso mínimo em torno do *day after*.

Por enquanto, persistem visões divergentes sobre a conveniência e a oportunidade do brusco rearranjo de forças políticas que seria deflagrado pelo impeachment. Ainda há muita incerteza sobre quais dos atores políticos relevantes sobreviverão à Operação Lava Jato. E, também, desalento com a ingrata agenda que seria herdada pelo sucessor da presidente Dilma, enquanto, de mão beijada, o PT se livraria do imbróglio e, em boa hora, readquiriria o privilégio de ser oposição.

Mas, se a solução do impeachment ainda esbarra em tanta resistência, a preservação de Dilma no cargo também se afigura altamente problemática. É difícil entrever como a presidente conseguirá escapar do círculo vicioso que a vem arrastando para uma posição cada vez mais vulnerável.

O agravamento da crise econômica tem acentuado a fragilização da presidente. E frágil como está, o Planalto só consegue dar respaldo a uma política econômica de pouco alcance, muito aquém da que se faz necessária para superar o quadro de alta incerteza e paralisia de decisões que o País enfrenta. Persistindo essa falta de perspectiva, não há como evitar aprofundamento da crise econômica, fragilização adicional da presidente e estreitamento ainda mais severo das possibilidades de condução da política econômica.

O pior é que esse círculo vicioso vem sendo reforçado por outro processo independente de fragilização da presidente, decorrente do avanço da Operação Lava Jato. Tivesse o Planalto alguma folga para enfrentar o duplo desgaste decorrente da interação do agravamento da crise econômica com a Lava Jato, as dificuldades ainda seriam mais manejáveis. Mas, com seus níveis de aprovação tão baixos como já estão, a situação de Dilma torna-se a cada dia mais crítica. Com todo o desconforto adicional que a

deterioração do quadro econômico ainda promete impor ao País, é difícil que sua avaliação nas pesquisas de opinião possa melhorar nos próximos meses.

O risco de afastamento da presidente não vai desaparecer de repente. E depende de fatores fora de controle do sistema político. Por enquanto, não é possível vislumbrar um marco inequívoco a partir do qual a presidente poderia voltar a se sentir segura. No limite, o Planalto poderá continuar assombrado por esse risco até o final do mandato.

Sobram razões para crer que o cenário de permanência de Dilma está fadado a ser dominado pelas enormes dificuldades que a presidente terá de enfrentar para conter sua fragilização política. A questão é como o País, atolado como está numa crise econômica de grandes proporções, poderá atravessar os próximos 40 meses com um governo tão fraco.

O que o Planalto teme é que, mais dia menos dia, a elite política do País afinal se dê conta de que, comparado a esse cenário, os desdobramentos do impeachment possam se afigurar menos custosos do que por enquanto aparentam ser. E, no entanto, o Planalto não se emenda.

É espantoso que, em meio a esse quadro tão delicado, em que a presidente luta pela preservação do seu mandato, o governo se tenha permitido anunciar, na semana passada, medidas que sinalizam abandono do plano de jogo da política econômica e volta à improvisação imediatista do primeiro mandato. Ao sabor da estridência dos lobbies de sempre, vêm sendo reabertos, em Brasília, os velhos guichês de favores. No Planalto, continuam acreditando que é com medidas desse tipo que a presidente conseguirá superar sua fragilidade política.

* Rogério L. Furquim Werneck, economista, doutor pela Universidade Harvard, é professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio.